



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

19 de maio 2015



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 19/05/2015
Assunto: Enem		Página: 08

DIÁRIO CATARINENSE

Projeto-piloto vai testar versão digital

O Ministério da Educação quer convidar estudantes que ainda não concluíram o ensino médio a fazer o Enem 2015 em formato digital. A ideia é testar o novo modelo entre os chamados treineiros, e analisar questões como logística e funcionamento dos computadores durante a aplicação do teste. A previsão consta no edital do Enem 2015, divulgado ontem no Diário Oficial da União.

“O Inep poderá convidar participantes inscritos (...) para aplicação do Enem digital”, diz trecho do documento.

A proposta de um teste online, com mais de uma edição por ano, foi defendida pelo então ministro da Educação Cid Gomes, que dei-

xou o cargo após uma conturbada sessão na Câmara dos Deputados. Seu sucessor na pasta, Renato Janine, já afirmou que inicialmente o modelo pode ser adotado entre os estudantes com menos de 18 anos que ainda não concluíram a educação básica.

Segundo o secretário-executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa, a prova deve ser aplicada em salas seguras de universidades federais

– Vamos olhar a rede de instituições públicas e aquelas com condições de atender [os alunos] vão ser testadas – afirmou.

Para adotar o modelo digital em larga escala, no entanto, é preciso reforçar o banco de questões do exame e garantir estrutura para atender todos os candidatos.



A NOTÍCIA

PROFESSORES REALIZAM PROTESTO

ATILA FROEHLICH

atila.froehlich@an.com.br

Professores da rede estadual de ensino fizeram uma manifestação na rua Otto Boehm, ontem à noite, em frente ao Hotel Mercure, onde ocorria a primeira reunião do Ciclo de Palestras Estratégicas da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) em Joinville.

Em greve há mais de 50 dias, os professores pediam melhores condições de trabalho e mais investimentos na educação. Em um ato simbólico, quase 70 manifestantes carregaram velas, cruzeiros e faixas. Professores de outras cidades, como Jaraguá do Sul, Balneário Camboriú, Itajaí e Balneário Barra do Sul, também participaram do ato.

— A principal reivindicação é a de uma posição do secretário Eduardo Deschamps. Mas a organização informou que ele cancelou a vinda a Joinville no início da tarde — disseram os manifestantes, visivelmente frustrados.

A manifestação, que se manteve pacífica do início ao fim, foi acompanhada pela PM de Joinville. Enquanto isso, do lado de dentro do prédio ocorria o Ciclo de Palestras Estratégicas do Governo

do Estado. A reunião de ontem discutia os desafios da educação em Santa Catarina.

Ciclo terá quatro encontros

Na pauta central do evento, foram abordadas questões relacionadas ao pacto estadual pela educação e, num segundo momento, ao uso consciente de energia elétrica na região. O debate foi mediado pelo Sebrae.

Os participantes, muitos deles também professores da rede estadual de ensino, tiveram a oportunidade de discutir sobre o tema e abordar questões propositivas para o futuro da educação.

Para falar sobre energia, o convidado foi o presidente da Celesc, Cleverton Siewert. Ao todo serão realizados quatro encontros neste formato. No dia 1º de junho, estão previstas palestras sobre segurança e infraestrutura. Depois, em 8 de junho, os temas abordados serão saúde e desenvolvimento regional.

O Ciclo de Palestras encerra-se com uma conversa com o governador Raimundo Colombo, mas a data para isso ocorrer ainda não foi definida.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 19/05/2015
Assunto: Ensino a distância		Página: Online

EM JORNAL E ARQUIVO DO BRASIL - R. V. S. WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Ensino a distância supera preconceito, mas cursos ainda podem melhorar

A opção de estudar em casa ou em outro lugar qualquer, mas longe das tradicionais salas de aula tem atraído mais brasileiros jovens.

O avanço da educação a distância é documentado pelo Ministério da Educação: no dado mais atual, de 2013, o número de universitários em cursos virtuais subiu 16,2% em relação a 2011, com 1,1 milhão de matriculados, quase o dobro do crescimento registrado na graduação tradicional (8,4%) no período. A alta no número de inscritos em vestibulares nesses cursos foi ainda mais significativa: 80% em dois anos.

Luana Carvalho, 29, de São Paulo, é aluna de um dos 1.200 cursos a distância do país. Faz geografia pela Anhanguera via computador. Mas também segue todos os dias para o campus da UniÍtalo, onde estuda pedagogia. Ela explica a maior diferença entre os dois mundos.

"No curso a distância, você pode escolher quando quer ver a aula, e o quanto dela você quer ver, o que não acontece nos presenciais. Também precisa ser mais dedicado e seguir uma linha própria de estudo no primeiro caso", diz.

A opção de estudar em casa ou em outro lugar qualquer, mas longe das tradicionais salas de aula tem atraído mais brasileiros jovens.

O avanço da educação a distância é documentado pelo Ministério da Educação: no dado mais atual, de 2013, o número de universitários em cursos virtuais subiu 16,2% em relação a 2011, com 1,1 milhão de matriculados, quase o dobro do crescimento registrado na graduação tradicional (8,4%) no período. A alta no número de inscritos em vestibulares nesses cursos foi ainda mais significativa: 80% em dois anos.

Luana Carvalho, 29, de São Paulo, é aluna de um dos 1.200 cursos a distância do país. Faz geografia pela Anhanguera via computador. Mas também segue todos os dias para o campus da UniÍtalo, onde estuda pedagogia. Ela explica a maior diferença entre os dois mundos.

"No curso a distância, você pode escolher quando quer ver a aula, e o quanto dela você quer ver, o que não acontece nos presenciais. Também precisa ser mais dedicado e seguir uma linha própria de estudo no primeiro caso", diz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 19/05/2015
Assunto: Debate		Página: Online



OPINIÃO: EDUCAÇÃO E DIREITO

"Propomos um diálogo sobre o Direito que nos rege e a educação que nos forma, debatendo pontos em que se tocam, reconstruindo suas práticas e sentidos", afirma Guilherme Perez Cabral

Fonte: UOL Educação

Temas fundamentais, educação e direito exigem discussão constante e atenta na construção de um (bom) projeto de sociedade. Independentemente de predileções de toda sorte -- políticas, filosóficas, de esquerda, de direita. São, também por isso, temas complexos. Mas não devemos fugir do desafio.

Uma primeira aproximação já revela suas ambiguidades. A educação se constitui na dualidade entre um processo de formação da identidade pessoal e, ao mesmo tempo, de ajustamento à vida social. A Constituição Federal - já analisando a educação sob o ponto de vista do direito - prevê que ela se presta ao desenvolvimento pleno da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É a partir dos conteúdos, conhecimentos que aprendemos na escola e nas "escolas da vida", que podemos ler o que já foi escrito, compreender o que o outro diz e, então, construir e corrigir, permanentemente, nossos pontos de vista, nossos interesses, nossas razões, nossa identidade. O eu só tem sentido dentro de uma interação, de uma conversa com as outras pessoas. Não existe sozinho.

Quanto à ideia de direito, num sentido bastante amplo, ela é associada ao conjunto de normas emanadas do Estado que rege a convivência em sociedade. Resulta de um processo legislativo (e, ainda, judicial) que vai formando um emaranhado de leis, medidas provisórias, decretos, portarias, resoluções, repleto de incoerências, falhas e lacunas, só mesmo por ficção compreendido como um "sistema" jurídico.

Alguns se satisfazem com a legalidade, o que é preocupante. Nela se esgotaria o direito (a lei e a ordem) a ser obedecido, à parte de questões morais, de perguntas sobre sua justiça ou injustiça. As coisas, porém, não são tão simples assim. Não nos esqueçamos do véu de legalidade que, há não muito tempo, encobria o autoritarismo institucionalizado da Ditadura Militar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Outros preferem entrelaçar o direito com a moral, definindo critérios para aferir sua legitimidade, sua justiça. Não raro, amparam-na num "super-direito", preconcebido por Deus, determinado pela natureza, apreendido pela razão ou apenas sentido pelo povo. No Estado Democrático de Direito, que define nossa República, inclino-me para uma legitimidade que não se apoie senão na sempre maior participação do cidadão (nem súdito, nem pedinte) na sua construção.

Tal complexidade dos temas, tão fundamentais, não permite abordagens superficiais, certezas tomadas de empréstimo, verdades vindas não sabemos muito bem de onde. O conhecimento não pode ser transformado em tabu, já alertava Adorno. Não entender não pode ser um uma desculpa para preservar intacta a nossa incompreensão sobre o que nos diz respeito. Nem pode a inteligência se contentar com reduções simplistas, maniqueísmos, generalismos rasos, frase de efeito. Precisamos ir além disso.

A forma como educação e direito afetam a vida de cada cidadão sugere, finalmente, a importância do envolvimento de todos no debate. Consolidamos-os como questões eminentemente públicas. Exigimos, dessa forma, debate público. Opiniões públicas. Soluções públicas. Afinal, ninguém melhor do que nós mesmos para definir o que nos convém. Sem pai do povo. Sem salvador da pátria. Eis um postulado da democracia.

Propomos, aqui, então, um diálogo sobre o direito que nos rege e a educação que nos forma, debatendo pontos em que se tocam, revisitando e enriquecendo seus conteúdos, reconstruindo suas práticas e sentidos. Dialogar, é verdade, não é algo fácil. Absolutamente. Mas, ainda assim, o diálogo é o recurso que nos resta para a construção de uma convivência em que não prevaleça a imposição. Conversemos, então. Sem garantias quanto aos resultados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 19/05/2015
Assunto: Educação infantil		Página: Online



OPINIÃO: O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

"Reuniões do FMI devem evidenciar de que maneira os países da América Latina podem enfrentar um problema global: melhorar a Educação Infantil", afirma Jim Yong Kim

Fonte: Folha de S.Paulo (SP)

O Peru vai sediar, daqui a cinco meses, as reuniões anuais de 2015 do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional), que congregarão ministros de Fazenda de vários países e líderes de organizações, corporações e da sociedade civil internacional.

Essa será uma grande oportunidade para a região apresentar o seu progresso social e econômico ao mundo inteiro –assim como evidenciar de que maneira os países da América Latina e do Caribe podem enfrentar um importante problema global: melhorar a qualidade da educação infantil.

Essas reuniões ocorrem em um momento decisivo para o desenvolvimento da região. Desde o início dos anos 2000, o número de pessoas que vivem na extrema pobreza na América Latina e no Caribe foi reduzido à metade, em grande parte devido ao notável crescimento econômico. No entanto, 12% da população ainda sobrevive com menos de US\$ 2,50 por dia.

O coeficiente de Gini da região, medida de desigualdade utilizada amplamente, caiu cerca de sete pontos percentuais entre 2003 e 2012, enquanto milhões de pessoas ingressaram na classe média. Seguir reduzindo a pobreza e alcançando a prosperidade compartilhada, contudo, pode ser mais difícil, com a desaceleração do crescimento.

Dados contundentes mostram que um modo de estimular efetivamente o crescimento e combater a pobreza e a desigualdade é investir em capital humano. Quando investimos nas mulheres, por exemplo, multiplica-se o impacto no bem-estar dos extremamente pobres.

As pesquisas indicam que as mães instruídas têm filhos mais saudáveis e as mulheres com recursos financeiros estão mais inclinadas a investir na próxima geração.

Os governos dos países latino-americanos e caribenhos têm conhecimento direto desse fato. Durante a última década de rápido crescimento econômico, seus investimentos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

em educação ajudaram a elevar as matrículas escolares até níveis recordes e o acesso ao ensino fundamental é agora quase universal. A cobertura representa, no entanto, apenas a primeira etapa; a próxima consistirá em garantir o aprendizado dos estudantes.

A oferta de educação de qualidade na região continua a ser um trabalho em evolução. Os resultados do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) de 2012 mostram que os alunos latino-americanos de 15 anos, em média, têm menos dois anos de conhecimento de matemática do que as suas contrapartes nos países mais ricos e estão cinco anos atrasados em relação aos jovens de Xangai, na China.

Na América Latina e no Caribe, os estudantes pobres apresentam um desempenho muito abaixo dos que vivem em países mais ricos: o aprendizado das crianças de seis anos situadas entre os 25% mais pobres da população em algumas partes da região apresenta uma defasagem de dois anos e meio em relação aos alunos pertencentes aos 25% mais ricos.

Alguns países da região já estão tomando medidas nesse sentido. O governo peruano implementou recentemente uma novos programas para melhorar o rendimento escolar nas escolas primárias públicas.

O Banco Mundial está trabalhando com os governos para elevar os resultados da aprendizagem, ajudando a reduzir as disparidades no desempenho dos alunos e nos níveis de renda nas duas regiões.

A ênfase na educação de qualidade, ao mesmo tempo em que preserva a expansão nas matrículas, é essencial para um maior crescimento econômico da região. As políticas e programas destinados a ampliar o aprendizado estudantil vão gerar empregos e renda, especialmente entre pobres e vulneráveis.

Agora que estamos perto das reuniões anuais de 2015, a melhoria da qualidade da educação por meio de uma revolução na aprendizagem deverá ser a nova lição que a região apresentará ao mundo.

JIM YONG KIM, 55, é presidente do Banco Mundial



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 19/05/2015
Assunto: Greve	Página: Online	



GOVERNO DE SANTA CATARINA QUER CONTRATAR TEMPORÁRIOS PARA SUBSTITUIR SERVIDORES GREVISTAS

Decisão foi tomada após a categoria rejeitar a proposta do Estado em assembleia na tarde de quinta- feira

Fonte: Diário Catarinense (SC)

Após mais uma rodada de negociação sem consenso, a Secretaria de Educação de Santa Catarina anunciou ontem que irá contratar Professores em caráter temporário (ACT) para substituir os grevistas da rede estadual de Ensino, que já estão paralisados há 54 dias. A decisão foi tomada após a categoria rejeitar a proposta do governo em assembleia na tarde de quinta- feira, em Biguaçu. Segundo o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, as possibilidades de negociação com os Professores estão esgotadas e a greve será resolvida por outros meios. Ele diz ter ficado insatisfeito com a negativa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-SC) em encerrar a greve, pois esperava por uma solução e retomada das conversas sobre o plano de carreira do magistério.

– Apresentamos propostas, mas o sindicato se recusa a negociar. Agora não respondo mais sobre negociação, mas sobre colocar as Escolas para funcionar – disse o secretário.

O Sinte informa que já acionou o departamento jurídico para questionar a ação do governo, entendendo que “greve é um direito garantido constitucionalmente não cabendo este tipo de ação arbitrária por parte do governo”.

– Esta é mais uma das ameaças que o sindicato vem sofrendo, é mais uma forma de pressionar a categoria para esvaziar a greve. O Sinte já está estudando o caso – afirma Luiz Carlos Vieira, coordenador do sindicato.

SITUAÇÃO TENDE A PARAR NA JUSTIÇA

Os dois lados tendem a levar a questão à Justiça. A Procuradoria-Geral do Estado também analisa ingressar com possíveis medidas judiciais para se chegar ao fim da greve caso os Professores optem pela continuidade. Deschamps deve anunciar



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

oficialmente a contratação dos temporários na segunda-feira, após o levantamento dos profissionais serão necessários.

A pasta calcula que 3 mil servidores estão paralisados. Já o Sinte fala em 20%. Os Professores mantêm as ocupações da Assembleia Legislativa de SC e da frente do prédio da SED, em Florianópolis.